

# **PROJETO DE LEI N.º 836, DE 2025**

(Da Sra. Dayany Bittencourt)

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para vedar a concessão de visita íntima a presos condenados que integrarem associações criminosas ou organizações criminosas.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-828/2025.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

# PROJETO DE LEI N°\_\_\_\_, DE 2025 (Da Sra. Dayany Bittencourt)

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para vedar a concessão de visita íntima a presos condenados que integrarem associações criminosas ou organizações criminosas.

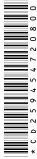
#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para vedar a concessão de visita íntima a presos condenados que integrem associações criminosas ou organizações criminosas.

**Art. 2º** A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar acrescida da seguinte alteração:

"Art. 4	41							
§ 3º	É veda	da a	concess	são de	visita	a ínt	tima	а
presos	s que in	tegrar	em ass	ociaçõ	es crir	nino	sas	ou
organi	izações	crimii	nosas,	confo	rme	a i	Lei	n.
12.85	0, de 2 d	de agos	sto de 2	2013.				
					." (NR	2)		

Art. 3º A proibição de visita íntima prevista nesta Lei não se estende aos demais direitos dos presos, tais como visita familiar, assistência jurídica, saúde e educação, que deverão ser garantidos conforme a legislação em vigor.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

**Art. 4º** As autoridades competentes deverão adotar as medidas necessárias para a implementação desta Lei, incluindo a identificação dos presos enquadrados na proibição e a comunicação às unidades prisionais.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta de lei visa a proibir a visita íntima a presos condenados integrantes de facções criminosas, com o objetivo de fortalecer o combate ao crime organizado e garantir a segurança pública. A medida já é uma realidade no Estado do Ceará, que, por meio da Portaria nº 545/2024¹ da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SAP-CE), proibiu a visita conjugal para presos faccionados. Além disso, em âmbito federal, a Portaria nº 718, de 28 de agosto de 2017², já estabelece a proibição de visita íntima para presos membros de quadrilha ou bando, envolvidos na prática reiterada de crimes com violência ou grave ameaça.

Entendemos que, embora já existam normas infralegais sobre o tema, é fundamental abordá-lo também por meio de lei, instrumento mais duradouro e de difícil revogação, conferindo-lhe um caráter mais definitivo. Quando uma política pública é transformada em lei, aprovada com ampla participação social, ela passa a ser considerada uma política de Estado, marcada pela perenidade, e não mais uma política de governo, que pode ser alterada a cada mudança de gestão.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Ministério da Justiça regulamenta visita íntima nas penitenciárias federais, disponível em: < <a href="https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-justica-regulamenta-visita-intima-nas-penitenciarias-federais">https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-justica-regulamenta-visita-intima-nas-penitenciarias-federais</a>>



Disponível em: < http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20241015/do20241015p01.pdf>

A proibição da visita íntima para presos faccionados é uma medida necessária para coibir a atuação de facções criminosas dentro e fora dos presídios, uma vez que essas organizações criminosas se utilizam de diversos meios para manter suas atividades ilícitas, inclusive por meio de contatos estabelecidos durante as visitas medida contribuirá para a desarticulação organizações e para a redução da violência associada ao crime organizado.

Portanto, a presente proposta de lei busca fortalecer o arcabouço jurídico de combate ao crime organizado, garantindo maior rigor na execução penal e contribuindo para a segurança pública e a ordem social. Acreditamos que a aprovação desta lei representará um avanço significativo na política de segurança pública do país, conferindo maior efetividade às ações de combate ao crime organizado e à violência.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a necessária discussão, eventual adequação e a rápida aprovação deste projeto de lei.

Sala da Comissão, em 11 de março de 2025.

Deputada **DAYANY BITTENCOURT** UNIÃO/CE







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI N° 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/le			
	i/1980-1987/lei-7210-11-julho-			
	1984356938-norma-pl.html			

#### **FIM DO DOCUMENTO**